

# **SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

## **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

### **PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA**

#### **A SEREM REALIZADAS EM 30/04/2019**

São Paulo, 29 de março de 2019

Prezados Senhores,

A Administração da **SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (“Saraiva” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas sua atual proposta (“Proposta”) sobre as matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, a serem realizadas, sucessivamente, em 30 de abril de 2019, às 15h (“AGEO”).

A AGEO será convocada por Edital a ser publicado em 13 de abril de 2019, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

#### **I – Em Assembleia Geral Extraordinária:**

(1) Re-ratificação do item 7.4 da ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Companhia realizada em 26/04/2018, às 15 horas, na sede da Companhia (“AGEO/2018”), registrada na Junta Comercial de São Paulo sob o nº 265.155/18-6, em 04/06/2018, para a exclusão da remuneração do Conselho Fiscal do cômputo da remuneração dos Administradores da Companhia no período compreendido entre a AGEO/2018 e a presente AGEO, tendo em vista que, nos termos dos arts. 145 e 152 da Lei nº 6.404/76, a fixação da remuneração dos Administradores deve compreender apenas os membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Portanto, pela presente proposta de re-ratificação da última frase do item 7.4 da ata da AGEO/2018, onde se leu que o “valor da remuneração global ora aprovado compreende a remuneração da Diretoria da Companhia, de seu Conselho de Administração e de seu Conselho Fiscal no período entre esta AGEO e a AGEO a ser realizada em 2019”, deve-se ler que o “valor da remuneração global ora aprovado compreende a remuneração da Diretoria da Companhia e de seu Conselho de Administração no período entre esta AGEO e a AGEO a ser realizada em 2019”.

## II – Em Assembleia Geral Ordinária:

- (1) tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
- (2) aprovar a destinação do resultado (prejuízo) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
- (3) definir o número de membros do Conselho de Administração;
- (4) eleger os membros do Conselho de Administração; e
- (5) fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o período compreendido entre a AGEO e a Assembleia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O Anexo I desta Proposta, elaborado na forma preconizada pelo item 10 do Formulário de Referência, da Instrução CVM nº 480/2009 (“ICVM 480”), registra os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia e tem por objetivo fornecer aos acionistas uma análise global dos negócios da Companhia.

O Anexo II, contendo as informações referentes aos candidatos à eleição a membros do Conselho de Administração, foi elaborado na forma preconizada nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da ICVM 480.

O Anexo III, referente à remuneração dos Administradores, foi elaborado em conformidade ao item 13 do Formulário de Referência da ICVM 480.

Todas as informações e os documentos referidos nesta Proposta e previstos na regulamentação aplicável encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, em seu *website* ([www.saraivari.com.br](http://www.saraivari.com.br)), nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), apresentando os esclarecimentos necessários para que os acionistas possam votar de maneira consciente e informada.

## **A. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA**

As contas dos Administradores são instrumentalizadas por meio do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras elaborados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. O Relatório da Administração contém informações sobre vários temas, tais como a conjuntura econômica, o desempenho econômico-financeiro e operacional da Companhia, os eventuais investimentos, dentre outros.

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento.

As demonstrações financeiras da Companhia são compostas dos seguintes itens:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas

Nos termos do parágrafo 4º, do art. 176, da Lei nº 6.404/76, as demonstrações financeiras podem ser complementadas por outros quadros analíticos necessários ao esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas por sua Diretoria Executiva, auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes, que emitiram relatório com opinião com ressalva, previamente à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião do referido órgão realizada no dia 26 de março de 2019, e à emissão do parecer favorável do Conselho Fiscal proferido no dia seguinte.

O Relatório da Administração da Saraiva foi também elaborado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião do referido órgão realizada no dia 26 de março de 2019.

Assim, as contas da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia foram consideradas em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

O Conselho de Administração recomenda aos acionistas da Companhia que examinem detidamente as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração e, caso necessário, esclareçam previamente suas dúvidas, a fim de deliberarem sobre sua aprovação.

As demonstrações financeiras, o Relatório da Administração, o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2018, foram elaborados na forma prevista nos incisos I a V do art. 9º da ICVM 481, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, em seu *website* ([www.saraivari.com.br](http://www.saraivari.com.br)), nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e foram publicados no jornal “O Dia” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 29 de março de 2019, conforme prevê o art. 133 da Lei nº 6.404/76.

O Anexo I a esta Proposta, conforme prevê o inciso III do art. 9º da ICVM 481, contém os comentários dos Diretores acerca da situação financeira da Companhia, com o objetivo de fornecer uma análise reflexiva, sob a ótica de seus Administradores, para que a sua avaliação seja a mais consistente possível.

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação das contas dos Administradores e das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

## **B. DESTINAÇÃO DO LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO**

O prejuízo líquido da Companhia, apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi de R\$ 301.730.220,16 (trezentos e um milhões, setecentos e trinta mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos)

Em conformidade com o disposto no art. 189, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, com o que consta das demonstrações financeiras e conforme as regras do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe a absorção do prejuízo líquido do exercício à conta da reserva de lucros, a qual, após a absorção do referido prejuízo líquido, passará a registrar o valor de R\$ 178.448.970,75 (cento e setenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, novecentos e setenta reais e setenta e cinco centavos).

Ressalte-se que restou prejudicado o acesso às informações requeridas pelo Anexo 9-1-II da ICVM 481, em função da apuração pela Companhia de prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

## **C. DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nos termos do disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o qual estabelece orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, incluindo os preparativos para Assembleia Geral Ordinária, e, ainda, conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processos CVM nº RJ2013/4386 e nº RJ2013/4607), a definição do número de membros do Conselho de Administração, quando o estatuto social dispõe sobre um número mínimo e máximo, deve ser objeto de deliberação na Assembleia Geral de acionistas.

Conforme prevê o caput do art. 13 do Estatuto Social da Companhia, seu Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida reeleições sucessivas.

Cabe destacar que a Companhia encontra-se listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 e, nos termos do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa ("Regulamento de Listagem"), pelo menos 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes (conforme definido no Regulamento de Listagem), o que deverá ser expressamente declarado na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista nos parágrafos 4º e 5º do art. 141 da Lei nº 6.404/76.

A Administração propõe à AGEO que o Conselho de Administração da Companhia seja definido em até 5 (cinco) membros, em caso de eleição por voto majoritário ou voto múltiplo, sendo que tal número poderá ser acrescido em até 2 (dois) membros, ou seja, 7 (sete) membros no total, em caso de solicitação de votação em separado, nos termos dos parágrafos 4º e 5º do art. 141 da Lei nº 6.404/76.

A Proposta para definição do número de membros no Conselho de Administração é realizada sem prejuízo do disposto no parágrafo 7º do art. 141 da Lei nº 6.404/76, que assegura ao acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% das ações com direito de voto o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, compõem o órgão.

#### **D. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, com o mandato de 1 (um) ano.

Tendo em vista o encerramento do mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 140 da Lei nº 6.404/76, compete à Assembleia Geral a eleição dos membros do Conselho Administração da Companhia.

Na data da AGEO, a eleição dos membros do Conselho de Administração respeitará a seguinte sequência: (i) caso seja solicitado por acionistas que possuem tal prerrogativa, realizar-se-á, primeiramente, a eleição em separado dos membros do Conselho de Administração prevista no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76; (ii) fixação do número de membros que comporá o Conselho de Administração, respeitados os limites previstos no Estatuto Social; (iii) eleição dos demais membros do Conselho de Administração, em número equivalente ao aprovado na deliberação anterior a esta, de acordo com a eleição ou não de membros em separado; e (iv) eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

O Acionista Controlador da Companhia, por meio da Administração, propõe à AGO a eleição dos seguintes candidatos ao Conselho de Administração para o próximo mandato de 1 (um) ano:

<b>Nome</b>	<b>Cargo Eletivo Ocupado</b>
Jorge Eduardo Saraiva	Titular
Jorge Saraiva Neto	Titular
Olga Maria Barbosa Saraiva	Titular
Julio Sergio de Souza Cardozo	Titular

Os Srs. Jorge Eduardo Saraiva, Jorge Saraiva Neto, e Julio Sergio de Souza Cardozo, bem como a Sra. Olga Maria Barbosa Saraiva, foram indicados pelo Acionista Controlador da Companhia. O Sr. Julio Sergio de Souza Cardozo é proposto como Conselheiro Independente, nos termos do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3.

Os membros do conselho indicados poderão ser eleitos por votação majoritária ou por voto múltiplo. A adoção da votação por voto múltiplo ocorrerá caso acionistas representando ao menos 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia assim requeiram, conforme art. 1º da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991.

Para a investidura nos respectivos cargos, cada um dos membros do Conselho de Administração deverá firmar o Termo de Posse, o Termo de Anuência ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3, pelo qual se compromete a cumprir as regras ali constantes, a Declaração prevista na Instrução CVM nº 367/2002, bem como o Termo de Adesão à Política de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Saraiva.

Destaca-se que as informações requeridas no art. 10 da ICVM 481, relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração, se encontram no Anexo II desta Proposta.

#### **E. MONTANTE GLOBAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA, BEM COMO DO CONSELHO FISCAL, SE APLICÁVEL**

A Administração da Companhia propõe à AGEO a aprovação do montante global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, para o período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária que analisará as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e a Assembleia Geral Ordinária que analisará as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), incluídos benefícios e encargos.

Do valor total de remuneração proposta para os Administradores da Companhia, até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) destinam-se à remuneração fixa anual do Conselho de Administração.

Do valor total de remuneração proposta para os Administradores da Companhia, até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destinam-se à remuneração fixa anual da Diretoria Executiva.

A Proposta do valor total da remuneração fixa anual para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é significativamente menor do que o montante aprovado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, e se justifica pela alienação dos ativos editoriais da Companhia, que resultou em grande diminuição do número efetivo de Diretores da Companhia. Não houve aprovação para o pagamento de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais, independentemente do número de reuniões das quais participem no mês e não recebem remuneração adicional por sua participação em Comitês ou Comissões de assessoramento do Conselho de Administração.

Os honorários fixos do Diretor Presidente são reduzidos a um valor simbólico, pois o mesmo recebe pela controlada Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial (“Varejo”) a remuneração fixa em linha com os valores praticados no mercado, os quais são definidos com base em pesquisas de mercado feitas por entidades especializadas. Os honorários fixos do Diretor Financeiro são reduzidos a um valor simbólico, pois o mesmo também recebe remuneração fixa como membro do Conselho de Administração da Companhia, igualmente em linha com os valores praticados no mercado.

Da mesma forma, não há previsão de qualquer pagamento de remuneração variável aos membros da Diretoria Executiva, uma vez que, caso ocorra o atingimento das metas propostas, existe previsão de pagamento por meio do Varejo.

Por fim, seguem abaixo os seguintes esclarecimentos adicionais:

a. A diferença entre os valores aprovados e os efetivamente pagos aos Administradores da Companhia, no período entre a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que analisou as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e a Assembleia Geral Ordinária que analisou as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, se deu em razão do (i) nível de endividamento da Companhia e o cenário de grave recessão econômica apresentados naquele momento; (ii) não atingimento das metas estabelecidas para recebimento da remuneração variável, ocasionando seu não pagamento; e (iii) nível de inflação realizado no período.

b. A diferença entre os valores aprovados e os efetivamente pagos aos Administradores da Companhia, no período entre a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que analisou as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e a Assembleia Geral Ordinária que analisou as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, se deu em razão do (i) nível de endividamento da Companhia e o cenário



de grave recessão econômica apresentados naquele momento; e (ii) não atingimento das metas estabelecidas para recebimento da remuneração variável, ocasionando seu não pagamento;

c. A diferença entre os valores aprovados e os efetivamente pagos aos Administradores da Companhia, no período entre a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que analisou as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e a Assembleia Geral Ordinária que analisou as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, se deu igualmente em razão do (i) nível de endividamento da Companhia e o cenário de grave recessão econômica apresentados naquele momento; e (ii) não atingimento das metas estabelecidas para recebimento da remuneração variável, ocasionando seu não pagamento.

Cordialmente,

**JORGE EDUARDO SARAIVA**  
Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I

### COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (Conforme Item 10 do Formulário de Referência da Companhia)

#### **10. Comentários dos diretores:**

Os comentários a seguir envolvem informações da Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial (“Saraiva”, “Controladora”, “Editora” ou “Companhia”) e de sua controlada Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial (“Varejo”).

Os Diretores informam que os comentários apresentados a seguir se referem às demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017 e 2018, de acordo com as Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09, as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes em 2016, 2017 e 2018. As informações relativas ao setor de atividade da Companhia, incluídas neste item 10, foram obtidas por meio de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor.

O resultado de 2016, 2017 e 2018 relacionado ao segmento editorial é apresentado nas Demonstrações dos Resultados Individuais e Consolidados da Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial na rubrica “Resultado líquido de operações descontinuadas”, conforme requerido pelo CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, em decorrência da venda do segmento editorial nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado em 18 de junho de 2015 com a Editora Ática S.A.

Com a reorganização societária ocorrida em junho de 2015, a gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, passou a ser realizada por meio de um único segmento denominado “Varejo”.

## **10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

### **a. condições financeiras e patrimoniais gerais.**

#### **EXERCÍCIOS SOCIAIS CONSOLIDADOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2018**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha cerca de R\$ 96 milhões em caixa e equivalentes (9,8% do ativo total). A dívida líquida totalizou R\$ 77 milhões, enquanto a dívida líquida ajustada, incluindo operações de antecipação de recebíveis e obrigação de aquisição, totalizou R\$ 105 milhões ao final de dezembro. A relação entre a dívida líquida ajustada (representada pela totalidade dos empréstimos, financiamentos, obrigação de aquisição e antecipações de recebíveis descontada do saldo de caixa) e o EBITDA foi de -0,6 vezes na posição de 31 de dezembro de 2018. A relação entre a dívida líquida ajustada (representada pela totalidade dos empréstimos, financiamentos, obrigação de aquisição e antecipações de recebíveis descontada do saldo de caixa) e o EBITDA Ajustado (excluindo o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade em 2018) foi de -0,8 vezes na posição de 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha cerca de R\$ 69 milhões em caixa e equivalentes (4,7% do ativo total). A dívida líquida totalizou R\$ 245 milhões, enquanto a dívida líquida ajustada, incluindo operações de antecipação de recebíveis e obrigação de aquisição, totalizou R\$ 362 milhões ao final de dezembro. A relação entre a dívida líquida ajustada (representada pela totalidade dos empréstimos, financiamentos, obrigação de aquisição e antecipações de recebíveis descontada do saldo de caixa) e o EBITDA foi de 25,6 vezes na posição de 31 de dezembro de 2017. A relação entre a dívida líquida ajustada (representada pela totalidade dos empréstimos, financiamentos, obrigação de aquisição e antecipações de recebíveis descontada do saldo de caixa) e o EBITDA Ajustado (excluindo o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade em 2017) foi de 8,5 vezes na posição de 31 de dezembro de 2017.

A Companhia ajuizou, no dia 23 de novembro de 2018, pedido de recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de reorganizar as obrigações junto a seus credores. A Saraiva optou por esse movimento devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação do passivo junto aos seus fornecedores, e, deste modo, garantir a perenidade da operação. O

indicador de liquidez corrente (assim entendido o índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) em 31 de dezembro de 2018 era 0,60. Em 31 de dezembro de 2017 o nosso indicador de liquidez corrente era 1,30. A redução do nosso indicador de liquidez corrente de 53,5% de 31 de dezembro de 2018, quando comparado a 31 de dezembro de 2017, decorreu, principalmente, da redução nas contas de Caixa e Equivalentes de caixa e do aumento na conta de Fornecedores.

## **EXERCÍCIOS SOCIAIS CONSOLIDADOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha cerca de R\$ 69 milhões em caixa e equivalentes (4,7% do ativo total). A dívida líquida totalizou R\$ 245 milhões, enquanto a dívida líquida ajustada, incluindo operações de antecipação de recebíveis e obrigação de aquisição, totalizou R\$ 362 milhões ao final de dezembro. A relação entre a dívida líquida ajustada (representada pela totalidade dos empréstimos, financiamentos, obrigação de aquisição e antecipações de recebíveis descontada do saldo de caixa) e o EBITDA foi de 25,6 vezes na posição de 31 de dezembro de 2017. A relação entre a dívida líquida ajustada (representada pela totalidade dos empréstimos, financiamentos, obrigação de aquisição e antecipações de recebíveis descontada do saldo de caixa) e o EBITDA Ajustado (excluindo o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade em 2017) foi de 8,5 vezes na posição de 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha cerca de R\$ 125 milhões em caixa e equivalentes (9,4% do ativo total). A dívida líquida totalizou R\$ 196 milhões, enquanto a dívida líquida ajustada, incluindo operações de antecipação de recebíveis e obrigação de aquisição, totalizou R\$ 202 milhões ao final de dezembro. A relação entre a dívida líquida ajustada (representada pela totalidade dos empréstimos, financiamentos, obrigação de aquisição e antecipações de recebíveis descontada do saldo de caixa) e o EBITDA foi de 6,4 vezes na posição de 31 de dezembro de 2016.

Atualmente, na opinião de nossos Diretores, não possuímos deficiência de liquidez, considerando o nosso indicador de liquidez corrente (assim entendido o índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), que, em 31 de dezembro de 2017 era 1,30. Em 31 de dezembro de 2016 o nosso indicador de liquidez corrente era 1,47. A redução do nosso indicador de liquidez corrente de 11,3% de 31 de dezembro de 2017, quando comparado a 31 de dezembro de 2016, decorreu, principalmente, da redução nas contas de Caixa e

Equivalentes de caixa e Contas a receber de clientes.

## b. estrutura de capital.

A estrutura de capital da Companhia (consolidado) apresentou as seguintes composições: (i) em 31 de dezembro de 2018, 12,4% de capital próprio e 87,6% de capital de terceiros; (ii) em 31 de dezembro de 2017, 30,2% de capital próprio e 69,8% de capital de terceiros; (iii) em 31 de dezembro de 2016, 36,9% de capital próprio e 63,1% de capital de terceiros, conforme tabela a seguir.

(em milhares de Reais)	2018	%	2017	%	2016	%
Passivo Circulante e Não-Circulante	857.756	87,6%	977.127	69,8%	842.016	63,1%
Patrimônio Líquido	120.918	12,4%	422.058	30,2%	491.861	36,9%
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>978.674</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.399.185</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.333.877</b>	<b>100,0%</b>

(em milhares de Reais)	2018	%	2017	%	2016	%
Passivo Oneroso Total	172.870	58,8%	313.627	42,6%	321.592	39,5%
Patrimônio Líquido	120.918	41,2%	422.058	57,4%	491.861	60,5%
<b>Passivo Oneroso Total e Patrimônio Líquido</b>	<b>293.788</b>	<b>100%</b>	<b>735.685</b>	<b>100%</b>	<b>813.453</b>	<b>100%</b>

O capital social subscrito e realizado da Companhia era de R\$ 283,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 283,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 283,0 milhões em 31 de dezembro de 2016), representado por 26.701.745 ações, todas escriturais e sem valor nominal, das quais 9.622.313 são ações ordinárias (ON) e 17.079.432 são ações preferenciais (PN).

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 120,9 milhões (R\$ 422,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 491,9 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 18,4 milhões (R\$ 195,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 144,6 milhões em 31 de dezembro de 2016), demonstrando aumento ocasionado pelo alongamento da dívida realizado durante o ano de 2017.

A capitalização total da Saraiva, em 31 de dezembro de 2018, assim entendida como a soma do patrimônio líquido e seus empréstimos e financiamentos de longo prazo, era igual a R\$

139,3 milhões (R\$ 617,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 636,5 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantinha 15.700 ações ordinárias em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantinha 15.700 ações ordinárias em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantinha 15.700 ações ordinárias em tesouraria.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 96 milhões, assim como recebíveis de cartões de crédito de alta liquidez no valor de R\$ 47 milhões. Esse conjunto de recursos será utilizado para fazer frente às necessidades de capital de giro, investimentos na operação, e eventuais pagamentos relacionados ao processo de Recuperação Judicial.

A Companhia ajuizou, no dia 23 de novembro de 2018, pedido de recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de reorganizar as obrigações junto a seus credores. A Saraiva optou por esse movimento devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação do passivo junto aos seus fornecedores, e, deste modo, garantir a perenidade da operação.

Somando-se os valores de (i) caixa e equivalentes de caixa com os de (ii) recebíveis de cartões de crédito chega-se ao montante de R\$ 143,2 milhões, que a Companhia acredita serem suficientes para honrar seus eventuais compromissos financeiros assumidos.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.**

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas utilizaram, nos 3 últimos exercícios sociais, para financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes, recursos próprios e capital de terceiros (Bancos comerciais e BNDES).

As características do endividamento estão descritas no item 10.1 (f) (i) deste documento.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

A Companhia ajuizou, no dia 23 de novembro de 2018, pedido de recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de reorganizar as obrigações junto a seus credores. A Saraiva optou por esse movimento devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação do passivo junto aos seus fornecedores, e, deste modo, garantir a perenidade da operação. Os administradores acreditam que poderão suprir eventuais deficiências de liquidez da Companhia principalmente por meio da utilização dos recursos oriundos de recebíveis de cartões de crédito, que possuem com alta liquidez, e através da posição de caixa e equivalentes de caixa.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes.**

A seguir está o montante do endividamento oneroso líquido da Companhia, cujos valores são superiores às disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia:

(em milhares de Reais)	2018	2017	2016
Endividamento oneroso bruto	172.870	313.627	321.592
(-) Disponibilidades e Aplicações Financeiras	96.138	68.952	125.290
<b>Endividamento oneroso líquido</b>	<b>82.006</b>	<b>244.674</b>	<b>196.302</b>

O quadro abaixo indica os principais contratos de financiamento em 31 de dezembro de 2018 dos quais são parte a Companhia e suas controladas:

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Fev/2020	Aval Controladora e Imóvel	R\$ 120.000	132% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Nov/2018	Aval Controladora	R\$ 15.000	132% Variação CDI a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Dez/2020	Bem arrendado	R\$ 10.709	Variação do CDI
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Dez/2019	Bem arrendado	R\$ 12.223	Variação do CDI
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 6.451	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de 6,98% (7% em 31 de dezembro de 2017).

Movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	31/12/17	Empréstimos obtidos	Fiança BNDES - Itaú	Encargos	Pagamentos principal e juros	31/12/18
BNDES	54.778	-	(37.260)	4.058	(21.576)	-
Empréstimos - capital de giro	243.673	23.699	-	34.649	(182.493)	119.528
Arrendamento financeiro	19.216	435	-	6.300	(9.868)	16.083
Fiança BNDES - Itaú	-	-	37.260	-	-	37.260
	<u>317.667</u>	<u>24.134</u>	<u>-</u>	<u>45.007</u>	<u>(213.937)</u>	<u>172.871</u>

**(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas mencionadas acima.

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas.**

As características das garantias dadas em determinados empréstimos e financiamentos contraídos pela Saraiva e suas controladas estão descritas no item 10.1 (f) (i) deste documento.

**(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

As restrições impostas à Companhia estão substancialmente relacionadas aos contratos de empréstimos e financiamentos celebrados pela Companhia e pelo Varejo, como segue:

Composição dos empréstimos



	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
<b>Em moeda nacional:</b>		
BNDES	-	54.778
Empréstimos para capital de giro	158.418	146.236
Custos de captação a amortizar	(1.629)	(3.376)
Arrendamento financeiro	<u>16.083</u>	<u>19.216</u>
	<u>172.871</u>	<u>216.854</u>
<b>Em moeda estrangeira:</b>		
Empréstimos para capital de giro	<u>-</u>	<u>100.813</u>
	<u>172.871</u>	<u>317.667</u>
<b>Passivo circulante</b>	<b>154.468</b>	<b>119.635</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<u>18.403</u>	<u>198.032</u>
	<u>172.871</u>	<u>317.667</u>

#### Financiamentos com o BNDES

##### Garantias

Em dezembro de 2018 o BNDES executou a garantia com o Banco Itaú, para a liquidação do saldo devedor do empréstimo, no montante de R\$40.617. Em 13 de março de 2019, o saldo devedor da fiança, no montante de R\$ 41.640, foi quitado por meio de saldo em conta, no montante de R\$25.000 e de empréstimo contratado com o Banco Itaú, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R\$16.640.

##### Resumo das condições contratadas:

- .... Data da operação: 13/03/2019
- .... Taxa: 3% a.a. + 100% do CDI
- .... Garantia: Mínimo de R\$ 3,5MM de Agenda das bandeiras Mastercard e Hipercard.
- .... Período da Operação: Operação com um período de 30 meses e 1 ano de carência de pagamento de principal.

#### Empréstimos para capital de giro

#### ***Operações contratadas como instrumentos de proteção eficaz – hedge accounting***

Banco Itaú BBA International

Operações de empréstimo nos termos da Lei 4.131/1962 – repasse Resolução BACEN 3.844/2010, vinculadas a operações de “swap” com variação monetária pelo CDI e taxas de juros pré e pós fixadas.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o Banco Itaú BBA International foram contratadas em 20 de janeiro de 2015, no montante de R\$235.000 (US\$89.524 mil) com taxa de juros de 3,53% a.a., com vencimento em 22 de janeiro de 2018, amortizações de principal e pagamento de juros trimestrais. Em 12 de maio de 2017, o Varejo repactuou o montante de R\$95.000, com dilação do prazo para três anos, amortizações trimestrais e carência de um ano. A taxa de juros passou de 109,8% da variação do CDI para 111,2% da variação do CDI acrescido de 2% a.a.

Os instrumentos derivativos foram designados formalmente como hedge.

Os empréstimos foram liquidados antecipadamente em 13 de julho de 2018 com recebíveis em cartão de crédito.

#### ***Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro***

Banco do Brasil

Em março de 2017, a Controladora liquidou o saldo dos empréstimos contratados com o Banco do Brasil em 2015, no montante de R\$5.564.

O Varejo repactuou o montante de R\$120.000, também contratados com o Banco do Brasil, para uma taxa de 132% do CDI, com dilação do prazo para três anos, com amortizações trimestrais e carência de um ano. Em 25 de julho de 2018 foi assinado aditamento que alterou o cronograma de reposição do principal e a troca da garantia representada por cessão fiduciária de direitos creditórios por uma garantia real representada por hipoteca cedular.

Em 27 de julho de 2017, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$15.000, com encargos de 120% da variação do CDI, vencimento em fevereiro de 2018, garantida por aval da Controladora. Em fevereiro de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 124,25% da variação do CDI, com dilação do prazo para um ano, passando o vencimento para 01 de agosto de 2018. Em julho de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de novembro de 2018. Em outubro de 2018, foi repactuado o montante de

R\$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de abril de 2019.

#### Banco Daycoval

Operação contratada em 29 de agosto de 2017, sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$3.000, com encargos de 100% da variação do CDI, acrescida de 6% a.a. de juros remuneratórios, vencimento em 29 de agosto de 2018, garantida por aval da Controladora. A operação foi liquidada no respectivo vencimento.

#### Banco Rendimento

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em outubro e dezembro de 2017 nos montantes de R\$5.627 e R\$3.001 e vencimento em janeiro e fevereiro de 2018, respectivamente, com encargos de 4% a.t., garantida por aval da Controladora. As operações foram liquidadas nos respectivos vencimentos.

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em janeiro de 2018 no montante de R\$9.506 e vencimento em abril de 2018, com encargos de 4% a.t., garantida por aval da Controladora. A operação foi liquidada no respectivo vencimento.

Em 29 de junho de 2018, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$1.709, com encargos de 1,5% a.m. e vencimento em 16 de julho de 2018, garantida por aval da Controladora. A operação foi liquidada no respectivo vencimento.

#### Banco Original

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em março de 2018 no montante de R\$8.810 e vencimento em junho de 2018, com encargos de 3% a.t., garantida por aval da Controladora. Como parte do processo de reperfilamento de seus passivos financeiros, a Administração negociou a prorrogação do vencimento para 19 de julho de 2018 do montante residual de R\$2.737, quando a operação foi liquidada.

#### **g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados.**

O contrato assinado com o BNDES pelo segmento “Varejo” em 2014 não possui saldo a liberar.

#### Garantias

Em dezembro de 2018 o BNDES executou a garantia com o Banco Itaú, para a liquidação do saldo devedor do empréstimo, no montante de R\$40.617. Em 13 de março de 2019, o saldo devedor da fiança, no montante de R\$ 41.640, foi quitado por meio de saldo em conta, no montante de R\$25.000 e de empréstimo contratado com o Banco Itaú, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R\$16.640.

#### Resumo das condições contratadas:

- .... Data da operação: 13/03/2019
- .... Taxa: 3% a.a. + 100% do CDI
- .... Garantia: Mínimo de R\$ 3,5MM de Agenda das bandeiras Mastercard e Hipercard.
- .... Período da Operação: Operação com um período de 30 meses e 1 ano de carência de pagamento de principal.

#### **h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

As demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As tabelas abaixo apresentam informações financeiras selecionadas dos três últimos exercícios sociais da Companhia (encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016). Com o objetivo de proporcionar melhor entendimento, estão sendo apresentadas somente as principais contas e variações, considerando-se os seguintes critérios de materialidade:

(i) demonstração de resultados (consolidado): linhas de receita que representaram mais do que 3,0% da receita líquida do exercício de 2018; linhas de despesas que representaram mais do que 5,0% (em módulo) da receita líquida do exercício de 2018; linhas de resultados e deduções/impostos;

(ii) balanço patrimonial (consolidado): principais linhas, além daquelas que representaram mais do que 4,0% do total do ativo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de

2018; e

(iii) outras linhas consideradas importantes pela administração para explicar os resultados da Companhia, incluindo fatos extraordinários e/ou não recorrentes ou demais informações que possibilitem aos investidores uma melhor compreensão das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS (CONSOLIDADO)

(R\$ 000, exceto quando indicado)

Consolidado	2018	AV (%)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	Var. (%) 2018/2017	Var. (%) 2017/2016
Receita Líquida	1.445.422	100,0%	1.724.886	100,0%	1.737.563	100,0%	-16,2%	-0,7%
Custo dos Produtos e das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	1.033.533	71,5%	1.150.085	66,7%	1.143.284	65,8%	-10,1%	0,6%
<b>Resultado Bruto</b>	<b>411.889</b>	<b>28,5%</b>	<b>574.801</b>	<b>33,3%</b>	<b>594.279</b>	<b>34,2%</b>	<b>-28,3%</b>	<b>-3,3%</b>
Despesas com vendas	354.243	24,5%	459.998	26,7%	476.656	27,4%	-23,0%	-3,5%
Despesas Gerais e Administrativas	192.987	13,4%	109.502	6,3%	120.212	6,9%	76,2%	-8,9%
Outras Receitas/Despesas	32.674	2,3%	-8.871	-0,5%	-34.198	-2,0%	-468,3%	-74,1%
Resultado de Eq. Patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%		
Despesas / Receitas Operacionais	579.904	40,1%	560.629	32,5%	562.670	32,4%	3,4%	-0,4%
Depreciação e Amortização	37.658	2,6%	33.247	1,9%	36.381	2,1%	13,3%	-8,6%
<b>Resultado antes dos Resultados Financeiros e dos Impostos</b>	<b>-205.673</b>	<b>-14,2%</b>	<b>-19.075</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-4.772</b>	<b>-0,3%</b>	<b>978,2%</b>	<b>299,7%</b>
Resultado Financeiro	50.342	3,5%	48.372	2,8%	53.647	3,1%	4,1%	-9,8%
Receitas Financeiras	-4.781	-0,3%	-7.436	-0,4%	-89.052	-5,1%	-35,7%	-91,6%
Despesas Financeiras	55.123	3,8%	55.808	3,2%	142.699	8,2%	-1,2%	-60,9%
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>-256.015</b>	<b>-17,7%</b>	<b>-67.447</b>	<b>-3,9%</b>	<b>-58.419</b>	<b>-3,4%</b>	<b>279,6%</b>	<b>15,5%</b>
IR e Contribuição Social	43.078	3,0%	-18.090	-1,0%	-6.910	-0,4%	-338,1%	161,8%
Participação minoritária	-24	0,0%	-3	0,0%	-19	0,0%	700,0%	-84,2%
Resultado Líquido Op. Descontinuadas (Liq. de impostos)	-2.661	-0,2%	-2.655	-0,2%	1.686	0,1%	0,2%	-257,5%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>-301.730</b>	<b>-20,9%</b>	<b>-52.009</b>	<b>-3,0%</b>	<b>-49.804</b>	<b>-2,9%</b>	<b>480,1%</b>	<b>4,4%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>-168.015</b>	<b>-11,6%</b>	<b>14.172</b>	<b>0,8%</b>	<b>31.609</b>	<b>1,8%</b>	<b>-1285,5%</b>	<b>-55,2%</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

(R\$ 000, exceto quando indicado)

Consolidado	2018	AV (%)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	Var. (%) 2018/2017	Var. (%) 2017/2016
<b>Ativo total</b>	<b>978.674</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.399.185</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.333.877</b>	<b>100,0%</b>	<b>-30,1%</b>	<b>4,9%</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>483.634</b>	<b>49,4%</b>	<b>962.503</b>	<b>68,8%</b>	<b>984.664</b>	<b>73,8%</b>	<b>-49,8%</b>	<b>-2,3%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	96.138	9,8%	68.953	4,9%	125.290	9,4%	39,4%	-45,0%
Contas a receber de clientes	57.685	5,9%	206.910	14,8%	357.494	26,8%	-72,1%	-42,1%
Estoques	174.852	17,9%	460.541	32,9%	292.045	21,9%	-62,0%	57,7%
Impostos e contribuições a recuperar	97.977	10,0%	178.507	12,8%	181.152	13,6%	-45,1%	-1,5%
Outros créditos	56.982	5,8%	47.592	3,4%	28.683	2,2%	19,7%	65,9%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>495.040</b>	<b>50,6%</b>	<b>436.682</b>	<b>31,2%</b>	<b>349.213</b>	<b>26,2%</b>	<b>13,4%</b>	<b>25,0%</b>
Realizável a longo prazo	240.488	24,6%	207.536	14,8%	114.844	8,6%	15,9%	80,7%
Investimentos	23	0,0%	23	0,0%	158	0,0%	0,0%	-85,4%
Imobilizado	51.584	5,3%	68.290	4,9%	91.130	6,8%	-24,5%	-25,1%
Intangível	202.945	20,7%	160.833	11,5%	143.081	10,7%	26,2%	12,4%
<b>Passivo total</b>	<b>978.674</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.399.185</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.333.877</b>	<b>100,0%</b>	<b>-30,1%</b>	<b>4,9%</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>800.036</b>	<b>81,7%</b>	<b>740.362</b>	<b>52,9%</b>	<b>672.003</b>	<b>50,4%</b>	<b>8,1%</b>	<b>10,2%</b>
Fornecedores	549.324	56,1%	546.880	39,1%	402.976	30,2%	0,4%	35,7%
Empréstimos e financiamentos	154.468	15,8%	119.635	8,6%	194.268	14,6%	29,1%	-38,4%
Outras obrigações	96.244	9,8%	73.847	5,3%	74.759	5,6%	30,3%	-1,2%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>57.720</b>	<b>5,9%</b>	<b>236.765</b>	<b>16,9%</b>	<b>170.013</b>	<b>12,7%</b>	<b>-75,6%</b>	<b>39,3%</b>
Empréstimos e financiamentos	18.402	1,9%	198.032	14,2%	148.954	11,2%	-90,7%	32,9%
Outras obrigações	39.318	4,0%	38.733	2,8%	21.059	1,6%	1,5%	83,9%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>120.918</b>	<b>12,4%</b>	<b>422.058</b>	<b>30,2%</b>	<b>491.861</b>	<b>36,9%</b>	<b>-71,4%</b>	<b>-14,2%</b>
Capital social	282.999	28,9%	282.999	20,2%	282.999	21,2%	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	-233	0,0%	-233	0,0%	-233	0,0%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	230.404	23,5%	230.337	16,5%	197.866	14,8%	0,0%	16,4%
Lucro Acumulados	-403.543	-41,2%	-101.813	-7,3%	0	0,0%	296,4%	-
Ajustes avaliação patrimonial	11.279	1,2%	11.279	0,8%	11.190	0,8%	0,0%	0,8%
Dividendos adicionais propostos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-	-
Participação não controladora	12	0,0%	-511	0,0%	39	0,0%	-102,3%	-1409,7%

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017:**

### **RECEITA**

A receita líquida consolidada diminuiu 16,2% em 2018 para R\$ 1,44 bilhão, em virtude do cenário econômico ainda desafiador, da lenta retomada de crescimento do setor de livros, principal categoria da Companhia, e do processo de reestruturação da Companhia que envolveu a redução de categorias de Tecnologia e encerramento de lojas.

### **RESULTADO BRUTO**

O resultado bruto consolidado atingiu R\$ 412 milhões versus R\$ 575 milhões em 2017. A margem bruta apresentou recuo de 4,8 pontos percentuais, passando de 33,3% em 2017 para 28,5% em 2018, devido ao cenário competitivo mais acirrado no varejo online, que continua aumentando sua participação ponderada em nosso faturamento total, e do processo de reestruturação da Companhia que envolveu a redução de categorias de Tecnologia.

### **DESPESAS OPERACIONAIS**

A linha de despesas operacionais totalizou R\$ 579,9 milhões em 2018, apresentando aumento de 3,4% em relação a 2017. A linha de despesas operacionais ajustada (excluindo o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação e baixa de créditos tributários) apresentou aumento de 2,0%, atingindo R\$ 546,4 milhões em 2018.

### **EBITDA**

O EBITDA consolidado foi de R\$ 168 milhões negativos em 2018 contra R\$ 14 milhões em 2017. Já o EBITDA ajustado (excluindo o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação e baixa de créditos tributários) foi de R\$ 131 milhões negativos em 2018. O resultado indicado é decorrente do forte impacto da descontinuação da categoria de Tecnologia, da breve redução de abastecimento durante o quarto trimestre de 2018, e da relevante queda de faturamento gerado por problemas na implementação do novo sistema interno de gestão, nos meses de out- nov/18.

### **RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA**

O resultado financeiro líquido consolidado foi uma despesa de R\$ 50 milhões em 2018, contra R\$ 48,4 milhões em 2017, representando um aumento de 4,1%.

### **LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO**



Em 2018, o prejuízo líquido do período foi de R\$ 302 milhões, versus prejuízo líquido de R\$ 52 milhões no ano de 2017. A margem líquida ficou em -20,9% em 2018 versus -3,0% em 2017. Já o prejuízo líquido ajustado (excluindo o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação e baixa de créditos tributários) foi de R\$ 177 milhões com uma margem de -88,3% em 2018.

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016:**

### **RECEITA**

A receita líquida consolidada diminuiu 0,7% em 2017 para R\$ 1,72 bilhão, em virtude do cenário econômico ainda desafiador e da lenta retomada de crescimento do setor de livros, principal categoria da Companhia.

### **RESULTADO BRUTO**

O resultado bruto consolidado atingiu R\$ 575 milhões versus R\$ 594 milhões em 2016. A margem bruta apresentou recuo de 0,9 pontos percentuais, passando de 34,2% em 2016 para 33,3% em 2017, devido ao cenário competitivo mais acirrado no varejo online, que continua aumentando sua participação ponderada em nosso faturamento total.

### **DESPESAS OPERACIONAIS**

A linha de despesas operacionais totalizou R\$ 560,6 milhões em 2017, apresentando redução de 0,4% em relação a 2016. A linha de despesas operacionais ajustada (excluindo o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade em 2017) apresentou queda de 5,4%, atingindo R\$ 532,0 milhões em 2017. O desempenho das despesas tem refletido os esforços na revisão de processos, renegociação de contratos, rigoroso controle de custos, e já foi impactada pelo plano de ação executado no 3T17.

### **EBITDA**

O EBITDA consolidado foi de R\$ 14 milhões em 2017 contra R\$ 32 milhões em 2016, representando uma redução de 55,2%. Já o EBITDA ajustado (excluindo o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade em 2017) foi de R\$ 43 milhões em 2017, representando um crescimento de 35,4%.

## **RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA**

O resultado financeiro líquido consolidado foi uma despesa de R\$ 33 milhões em 2017, contra R\$ 36 milhões em 2016, representando uma redução de 8,6%.

## **LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO**

Em 2017, o prejuízo líquido do período foi de R\$ 52 milhões, versus prejuízo líquido de R\$ 50 milhões no ano de 2016. A margem líquida ficou em -3,0% em 2017 versus -2,9% em 2016. Já o prejuízo líquido ajustado (excluindo o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade em 2017) foi de R\$ 33 milhões com uma margem de -1,9% em 2017.

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

### **ATIVO TOTAL**

Apresentou redução de 30,1%, passando de R\$ 1,40 bilhão em 2017 para R\$ 1,0 bilhão em 2018 devido à diminuição das contas de Contas a receber de clientes, Estoques e Impostos e contribuições a recuperar.

### **ATIVO CIRCULANTE**

Reduziu 39,4%, de R\$ 0,96 bilhão em 2017 para R\$ 0,48 bilhão em 2018 (49% do ativo total). As maiores variações foram nas contas de Contas a receber de clientes, Estoques e Impostos e contribuições a recuperar.

### **DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Totalizaram R\$ 96 milhões em 2018 ante R\$ 69 milhões em 2017, essa variação é decorrente do aumento na conta Caixa e equivalentes de caixa.

### **ATIVO NÃO-CIRCULANTE**

Teve aumento de 13,4%, passando de R\$ 437 milhões em 2017 para R\$ 495 milhões em 2018 (50,6% do ativo total versus 31,2% em 2017).

### **INTANGÍVEL**

Teve aumento de 26,2%, passando de R\$ 161 milhões em 2017 para R\$ 203 milhões em 2018, representando 20,7% do ativo total em 2018 e 11,5% em 2017.

#### **PASSIVO CIRCULANTE**

Apresentou aumento de 8,1%, passando de R\$ 740 milhões em 2017 para R\$ 800 milhões em 2018. O resultado é explicado principalmente pela variação da conta Empréstimos e financiamentos e Outras Obrigações, que teve aumento de 29,1% e 30,3%, respectivamente.

#### **PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**

Somava R\$ 58 milhões em 2018 e R\$ 237 milhões em 2017, uma redução de 75,6% entre os períodos.

#### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido totalizou R\$ 121 milhões, redução de 71,4% versus os R\$ 422 milhões reportados em 2017. O principal efeito da redução no Patrimônio Líquido refere-se à conta Lucro Acumulados.

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

#### **ATIVO TOTAL**

Apresentou aumento de 4,9%, passando de R\$ 1,33 bilhão em 2016 para R\$ 1,40 bilhão em 2017.

#### **ATIVO CIRCULANTE**

Reduziu 2,3%, de R\$ 0,98 bilhão em 2016 para R\$ 0,96 bilhão em 2017 (69% do ativo total). As maiores variações foram nas contas de Caixa e Aplicações Financeiras, Contas a receber de clientes e Estoques.

#### **DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Totalizaram R\$ 69 milhões em 2017 ante R\$ 125 milhões em 2016, essa variação é decorrente da redução na conta Caixa e equivalentes de caixa.

#### **ATIVO NÃO-CIRCULANTE**

Teve queda de 25,0%, passando de R\$ 349 milhões em 2016 para R\$ 437 milhões em 2017 (31,2% do ativo total versus 26,2% em 2016).

#### **INTANGÍVEL**

Teve aumento de 12,4%, passando de R\$ 143 milhões em 2016 para R\$ 161 milhões em 2017, representando 11,5% do ativo total em 2017 e 10,7% em 2016.

#### **PASSIVO CIRCULANTE**

Apresentou aumento de 10,2%, passando de R\$ 672 milhões em 2016 para R\$ 740 milhões em 2017. O resultado é explicado principalmente pela variação da conta Fornecedores, que teve queda de 35,7%, passando de R\$ 403 milhões para R\$ 547 milhões em 2017.

#### **PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**

Somava R\$ 237 milhões em 2017 e R\$ 170 milhões em 2016, um aumento de 39,3% entre os períodos.

#### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido totalizou R\$ 422 milhões, redução de 14,3% versus os R\$ 492 milhões reportados em 2016. O principal efeito da redução no Patrimônio Líquido refere-se à conta Reservas de Lucros.

### **10.2. Os diretores devem comentar:**

#### **a. resultados das operações do emissor, em especial:**

##### **(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.**

Até o período encerrado em 31/12/2014 a gestão dos negócios da Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, era amparada nos segmentos denominados “Editora” e “Varejo”, por meio de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos.

O segmento da Editora correspondia à edição de livros, formatação de conteúdo digital e

desenvolvimento de sistemas de ensino e as operações da Minha Biblioteca, Érica, Pigmento, Joaquim e Todas as Letras. A distribuição é realizada através das filiais e representantes estrategicamente posicionados nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

O resultado de 2015 relacionado ao segmento editorial é apresentado nas Demonstrações dos Resultados Individuais e Consolidados da Saraiva Livresiros S.A. – em Recuperação Judicial na rubrica “Resultado Líquido de operações descontinuadas”, conforme requerido pelo CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, em decorrência da venda do segmento editorial nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado em 18 de junho de 2015 com a Editora Ática S.A.

Com a reorganização societária ocorrida em junho de 2015, a gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, passou a ser realizada por meio de um único segmento denominado “Varejo”.

O segmento do Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A distribuição é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico no endereço [www.saraiva.com.br](http://www.saraiva.com.br).

Durante o segundo semestre de 2018 a Companhia iniciou o processo de descontinuação das categorias de Tecnologia e reduziu sua quantidade de lojas, impactando diretamente no nível de sua Receita.

#### **EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

A receita líquida diminuiu 16,2% em 2018 para R\$ 1,44 bilhão.

#### **EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

A receita líquida diminuiu 0,6% em 2017 para R\$ 1,72 bilhão.

#### **(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais estão descritos no item 10.3 “a” abaixo.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Não se aplica, pois inexitem variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.**

Não se aplica, pois não houve impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro.

**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional.**

Conforme as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o segmento operacional vigente é o “Varejo”. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve a alienação do segmento operacional denominado “Editora” do Grupo Saraiva.

Em 18 de junho de 2015 a Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial comunicou ao mercado que sua controlada Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial celebrou contrato tendo por objeto a venda de quotas representativas de 100% do capital da Saraiva Educação Ltda. (a "Sociedade") para a Editora Ática S.A., sociedade controlada pela Somos Educação S.A.

A Sociedade, após a implementação da reorganização societária aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 3 de junho de 2015, passou a deter e operar a unidade de negócios editoriais, de educação e conteúdo do Grupo Saraiva.

O valor da transação (*enterprise value*) foi de R\$ 725.000.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões de reais), ajustados pelo CDI a partir de 18 de junho de 2015 até o fechamento da operação. O contrato de compra e venda contém determinados mecanismos de ajuste de preço, obrigações de não competição e demais termos e condições usuais em operações dessa natureza.

Em 30 de dezembro de 2015 a Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial anunciou que sua controlada Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial concluiu a venda de quotas representativas de 100% do capital da Saraiva Educação Ltda. para a Editora Ática S.A.

Com a conclusão da transação, a Editora Ática S.A. passou a controlar os selos Saraiva, Atual, Formato, Benvirá e Caramelo, bem como os sistemas de ensino Ético e Agora e a Companhia atingiu seu objetivo de otimizar sua estrutura de capital e focar em suas operações de varejo, por meio de sua rede de lojas e do canal de vendas *on-line*.

Importante destacar que o valor atualizado da transação de venda dos ativos editoriais era de R\$ 777 milhões em 30 de dezembro de 2015. Desse total, foram retidos R\$ 395 milhões em *escrow account*. A parcela em garantia de fornecimento PNLD foi liberada entre abril e início de maio/16. Com relação à parcela em garantia para ajuste de preço, houve liberação parcial no início de julho/16, e final em dezembro/16.

Condições Contratuais de Preço (R\$ Mil)*	
<b>Valor Total da Transação</b>	<b>776.599</b>
(-) Ajuste de Preço Contábil Estimado (Divida Líquida e Cap. Giro)	281.979
<b>Valor Líquido da Transação</b>	<b>494.620</b>
(-) Valor Recebido em 30/12/2015	99.165
(-) Valor Recebido Garantia de Fornecimento PNLD no 2T16	261.558
(-) Valor Recebido pela Saraiva - Garantia de Ajuste de Preço em Jul/16	77.780
(-) Valor Recebido pela Somos Educação - Garantia de Ajuste de Preço em Jul/16	13.270
(-) Valor Recebido pela Saraiva - Garantia de Ajuste de Preço em Dez/16	22.382
(-) Valor Recebido pela Somos Educação - Garantia de Ajuste de Preço em Dez/16	20.465
<b>Valor Líquido da Transação</b>	<b>494.620</b>
<b>Valor Líquido da Transação Recebido pela Saraiva</b>	<b>460.885</b>

\* Valores base 30/12/2015

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 houve alienação de 100% do capital da Saraiva Educação Ltda. para a Editora Ática S.A., sociedade controlada pela

Somos Educação S.A. – vide item 10.3 “a”.

**c. eventos ou operações não usuais.**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 houve mudança de estimativa na provisão para estoques obsoletos e danificados. Com a conclusão da venda da operação editorial em 30 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia tem centrado esforços na operação do Varejo e revisitado uma série de processos fundamentais para o aperfeiçoamento da gestão. Considerando a rápida mudança que tem ocorrido com a dinâmica de vendas de algumas categorias de produtos nos últimos anos, em especial a deterioração de mercado observada nos segmentos de informática, música e filmes, aliado às especificidades inerentes à categoria de livros, que exige elevado grau de assertividade para a gestão de centenas de milhares de SKUs, a Administração aprimorou a estimativa de cálculo e alterou a provisão de obsolescência dos estoques ao final do quarto trimestre de 2015 (4T15), gerando um impacto extraordinário e sem efeito caixa, no valor de R\$ 58 milhões.

Excetuando o exposto no parágrafo anterior não ocorreram, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

**Pedido de Recuperação Judicial**

No dia 23 de novembro de 2018, a Companhia, em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76, nos termos da Instrução CVM nº 358/02, e com fundamento nos arts. 319 e seguintes do Código de Processo Civil e nos arts. 47, 95 e demais da Lei 11.101/2005, ajuizou pedido de recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 1119642-14.2018.8.26.0100, conforme divulgado por meio de fato relevante na mesma data.

**10.4. Os diretores devem comentar:**

**a. mudanças significativas nas práticas contábeis.**



Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de, 2017 e 2016, não houve mudanças de práticas contábeis adotadas pela Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram adotadas as seguintes normas:

- IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros, emitida em julho de 2014

Substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável do ativo; e contabilização de hedge.

#### **Redução ao valor recuperável**

A norma exige o registro das perdas esperadas com recebimento de créditos em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes com base em 12 meses ou por toda a vida dos ativos. A Administração utilizou a abordagem simplificada e estimou as perdas por toda a vida das contas a receber de clientes, sempre menor que 12 meses e ajustou sua provisão para perdas.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

- IFRS 15 (CPC 47) – Receita de contratos com clientes, emitida em maio de 2014 e alterada em abril de 2016

Estabelece o modelo de 5 etapas para contabilização das receitas originadas em contratos com clientes. A receita deverá ser reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter o direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A norma substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita.

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 etapas estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, que substituiu todos os requisitos vigentes até 31 de dezembro de 2017 de reconhecimento de receita.

A Administração optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 01 de janeiro de 2018. Na avaliação da Administração não

foram identificadas alterações relevantes no reconhecimento de receitas operacionais em relação ao modelo anterior, essencialmente porque as receitas são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega das mercadorias e serviços.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

Norma implementada a partir de 1 de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – CPC 06(R2) – Operações de Arrendamentos Mercantil

Emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem e apresentem todos os arrendamentos conforme um único modelo no balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos modelos do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor”; por exemplo: máquinas de café, impressoras e copiadoras; e arrendamentos de curto prazo; quais sejam, arrendamentos com prazo de até 12 meses.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (*passivo de arrendamento*) e um ativo representando o direito de uso do ativo objeto durante o prazo do arrendamento (*ativo de direito de uso*). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06(R2), que entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.**

A adoção dos IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros e IFRS 15 (CPC 47) – Receita de contratos com clientes não revelou impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Efeitos estimados da aplicação do CPC 06(R2) sobre as demonstrações contábeis:

	Demonstrações contábeis divulgadas em 31/12/18	Impactos referente a adoção do IFRS16 / CPC 06(R2)	Demonstrações contábeis divulgadas em 01/01/19
<b>Ativo</b>			
Circulante	483.634	-	483.634
Não circulante	495.040	301.710	796.750
Intangível (direito de uso)	-	301.710	301.710
<b>Total do ativo</b>	<b>978.674</b>	<b>301.710</b>	<b>1.280.384</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante	800.036	29.404	829.440
Arrendamentos a pagar	-	29.404	29.404
Não circulante	57.720	272.306	330.026
Arrendamentos a pagar	-	272.306	272.306
Patrimônio líquido	120.918	-	120.918
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>978.674</b>	<b>301.710</b>	<b>1.280.384</b>

**c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.**

Não houve ressalvas ou ênfase presentes nos relatórios dos auditores relativos às demonstrações contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O relatório dos auditores sobre as demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi apresentado com ênfase relacionada às incertezas relevantes sobre a aprovação do plano de recuperação judicial e os possíveis impactos sobre a continuidade dos negócios da Companhia e de sua controlada; e com ressalva relacionada a mensuração e realização de fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações sociais e trabalhistas.

Os passivos vencidos que foram objeto da ressalva não estão ajustados pelos juros e multas decorrentes dos atrasos nos pagamentos, tampouco pelo ajuste que seria necessário em caso de aprovação do plano de recuperação judicial, que prevê reduções relevantes.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

As estimativas contábeis são de responsabilidade da Administração, são continuamente revisadas e baseiam-se em fatores objetivos e subjetivos, que requerem certos julgamentos e o uso de premissas baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

Os julgamentos realizados pela Administração, relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material abrangem os seguintes temas, divulgados nas Demonstrações contábeis anuais:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa
- b) Perdas com obsolescência de estoques
- c) Impostos diferidos Redução aos valores de recuperação dos ativos
- d) Redução ao valor de recuperação do ágio
- e) Programa de fidelização de clientes do Varejo
- f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
- g) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Entre as principais estimativas, as que possuem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício são:

#### **PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, substancialmente, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas efetivas com o recebimento de cartões são registradas diretamente no resultado quando incorridas. A perda com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber, é estimada com base na probabilidade de recebimento e leva em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor.

#### **PERDAS COM OBSOLESCÊNCIA DE ESTOQUES**

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques.

A Administração, com base nas evidências objetivas presentes na data de encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2017, relacionadas aos resultados positivos com as ações endereçadas a partir do exercício 2016 para escoamento dos estoques obsoletos, de baixo giro e deteriorados e nos sinais de recuperação da atividade econômica, substancialmente no 4º trimestre de 2017, revisou algumas premissas de acordo com sua política estabelecida para estimar a perda com obsolescência e as manteve para estimar as perdas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

#### **IMPOSTOS DIFERIDOS**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) diferidos são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes e regime tributário adotado por cada empresa. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças

temporárias do Varejo e sobre diferenças temporárias para a Companhia. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos pelo montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL. Os ativos fiscais diferidos são estimados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias. Os créditos fiscais originados do Imposto de renda – IR e da Contribuição social sobre o Lucro Líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre Prejuízos fiscais e Bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

#### **REDUÇÃO DOS VALORES DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO**

O ágio apurado na aquisição de empresas representa o excesso do valor pago na aquisição em relação à participação no valor justo dos ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes das empresas adquiridas reconhecidos na data da aquisição. O ágio, inicialmente reconhecido pelo valor justo é, subsequentemente, avaliado pelo seu valor de recuperação.

Os testes de recuperação são realizados anualmente e independentemente da existência de indicadores de perda de seu valor de recuperação.

As projeções dos fluxos de caixa realizadas para os períodos de avaliação, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e em capital de giro são baseadas em orçamento anual aprovado pela Administração.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foi realizada a baixa de R\$13.684, relacionada à parcela do ágio atribuída à UGC Siciliano, correspondente ao encerramento das atividades de lojas da rede.

#### **PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

A provisão para riscos de natureza tributária, cível e trabalhista é reconhecida para os processos administrativos ou judiciais que indiquem uma saída provável de recursos financeiros para sua liquidação por montante estimado de perda e baseada na opinião dos assessores jurídicos da Editora e do Varejo.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, entretanto são divulgados. Os passivos são periodicamente avaliados para identificar os critérios de reconhecimento.

#### **VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

A Administração adota as regras de contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para registrar as operações de “swap” para empréstimos em moeda estrangeira, nos mesmos períodos contábeis, os efeitos do derivativo formalmente designado como instrumento de hedge, assim como do item protegido, relacionados às diferenças entre as moedas estrangeiras e a moeda funcional.

A operação com derivativos da controlada, para a qual foi adotada as regras de contabilidade de hedge foi liquidada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

#### **OUTRAS POLÍTICAS CONTÁBEIS CONSIDERADAS RELEVANTES**

As demais políticas contábeis consideradas mais relevantes adotadas pela Companhia encontram-se descritas na nota explicativa nº 3 (“Principais Políticas Contábeis”) das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, publicadas em 29 de março de 2019 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no “O Dia” e também divulgadas por meio das páginas na internet da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e de Relações com Investidores da Companhia ([www.saraivari.com.br](http://www.saraivari.com.br)).

**10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**iv. contratos de construção não terminada**

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Em 31/12/2018 não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações**

**financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

**b. natureza e o propósito da operação**

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Em 31/12/2018 não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Diante da crise econômica que vem afetando o mercado de livros há quatro anos, aliada a um quadro de acumulação de créditos tributários e um sistema financeiro fechado, entendemos que os **esforços e buscas por alternativas** realizados nos últimos períodos não eram suficientes para reverter o cenário. Dessa maneira, realizamos **mudanças bruscas em toda a**



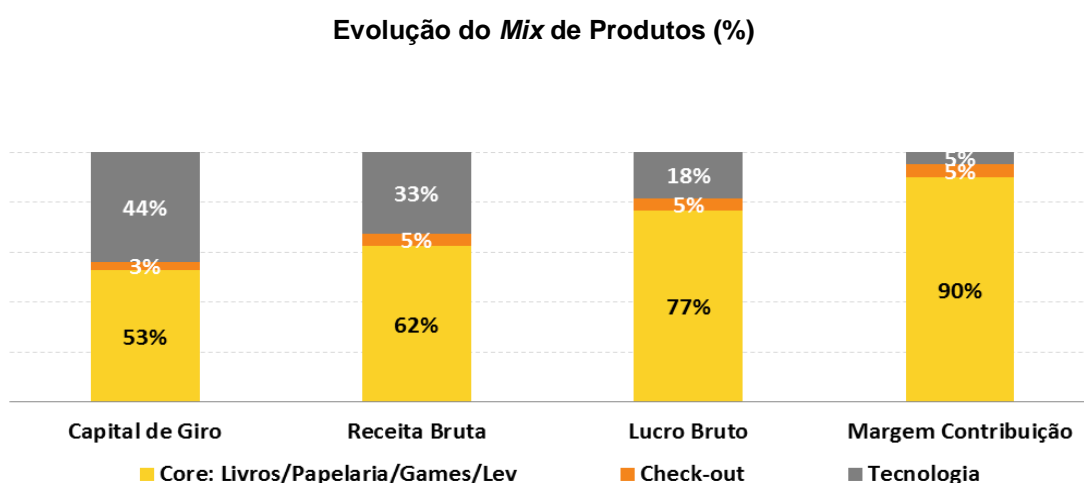
**estrutura** da Saraiva visando elevar o patamar operacional e financeiro, de modo que ficassem coerentes com a projeção apresentada no laudo do plano de recuperação judicial e que auxiliassem na perenidade da Companhia. Nosso **quarto trimestre** de 2018 foi um **período de transição**, no qual nossos **resultados foram fortemente impactados** pelas drásticas alterações que viabilizam a recuperação da Companhia. Entre as mudanças, destacamos:

### Readequação do *mix* de produtos

**Descontinuamos as categorias que possuíam menor rentabilidade e maior demanda de capital de giro**, como Tecnologia, incluindo os itens de Informática (excluindo acessórios de menor porte), Telefonia (excluindo acessórios de menor porte), Assistência Técnica e Aventura e Lazer. Nesse movimento, deixaremos de acumular grande parte de nossos créditos tributários, uma das principais razões para o consumo de Caixa nos últimos anos. Estimamos que, com essa readequação, iremos reduzir em R\$ 50 milhões a geração de créditos tributários em 2019. Esta revisão de categorias nos possibilitou, ainda, uma redução adicional do quadro de funcionários da Companhia, além do encerramento de 2 Centros de Distribuição.

Conforme mostra o gráfico seguinte, as categorias de Tecnologia consumiam 44% do Capital de Giro da Companhia, mas contribuíam apenas com 18% do Lucro Bruto e 5% da Margem de Contribuição, prejudicando nossa rentabilidade.

**Gráfico 1. Redução/Eliminação das categorias mais ofensivas à Rentabilidade**



Com a mudança, **direcionamos todos os nossos esforços** ao mercado editorial e às parcerias com os fornecedores, focando nosso negócio no mercado de **livros**. Complementarmente ao universo da leitura, **continuaremos a ofertar diretamente produtos de Papelaria, Games, Filmes e Música**, além das categorias de **Check-out** como **Brinquedos, Revistas e Bomboniere**. Ofereceremos os demais itens de Tecnologia por meio do modelo de negócio de *marketplace* próprio. Com essas categorias de conteúdo (Livraria, Lev, Games, Papelaria, Filmes, Música e *Check-out*), que representavam, historicamente, mais de 60,0% do faturamento da Saraiva, teremos maior rentabilidade, maximizando nosso resultado.

Cabe destacar que, já no **início de 2019**, mesmo com o impacto negativo dos itens de Tecnologia que devem ser totalmente descontinuados até o final de mai/19, verificamos um **aumento em nossa margem**, indicando a assertividade em nossa nova estratégia. Excluindo as categorias descontinuadas, já observamos um aumento em nossa margem no primeiro bimestre de 2019 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

### **Redução de Despesas Operacionais**

Como reflexo da alteração do *mix* de produtos e da situação financeira delicada da Companhia, tomamos decisões voltadas à evolução da operação:

- Desligamento de, aproximadamente, 700 (sendo 350 em lojas físicas) colaboradores em todas as unidades de negócio, adaptando a estrutura de custos e despesas à nova estratégia da Companhia com maior foco em competitividade e desenvolvimento sustentável da operação;
- Renegociação e revisão de nossos principais contratos com fornecedores de serviços;
- Redução de escopo com priorização de alternativas com maior custo/benefício;
- Revisões e otimizações na malha logística, adequando nosso sistema de abastecimento ao novo *mix* de produtos.

Nos dois **primeiros meses de 2019** nosso plano de ação já começou a apresentar resultados. Com as vendas realizadas em linha com a expectativa do plano, observamos um **decréscimo de mais de 35% em nossas despesas** em relação à 2018, solidificando as bases para recuperação da Companhia.

## Reestruturação do Parque de Lojas

**Priorizando unidades de maior rentabilidade com EBITDA maior que 5,0%**, reestruturamos nosso parque de lojas, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequavam ao novo *mix* de produtos da Companhia. No início de 2019, nossas unidades vêm desempenhando de acordo com o estimado, com ganhos adicionais de rentabilidade mesmo com a redução na receita. Entre as iniciativas realizadas, podemos destacar:

- Encerramento, até dez/18, de 14 lojas Saraiva, e de todas as 8 unidades iTown, lojas especializadas Apple da Saraiva focadas em um *mix* de Tecnologia;
- Redução de 350 colaboradores do quadro de lojas, conforme citado no item anterior.

## Abastecimento de Produtos

Após o ajuizamento da Recuperação Judicial a Companhia, com apoio e parceria de nossos fornecedores, iniciou um processo extensivo para a normalização do abastecimento de produtos de todas as categorias, com foco maior em Livraria, nossa principal linha de atuação. Por meio de acordos que tiveram a adesão de aproximadamente 160 fornecedores estamos **gradualmente normalizando nosso abastecimento**, ainda que com adequações na volumetria, em lojas físicas e *e-commerce*, viabilizando o retorno necessário de nossa operação. Por meio desses acordos e renegociações estamos caminhando para um **novo círculo virtuoso**, onde quanto mais estabilizado o abastecimento, maior será o retorno para a Companhia e para seus fornecedores.

## Apoio da Consultoria Galeazzi

Contratada no início de 2018, com o objetivo de gerar **ganhos contínuos de eficiência operacional**, e assegurando que a estrutura possa suportar o **funcionamento operacional ótimo** com **diluição efetiva de custos**. Responsável pela elaboração do Orçamento Base Zero, a consultoria vem auxiliando a Companhia não apenas no processo de Recuperação Judicial, mas também na geração de resultados e construção de bases sólidas de desempenho.

Mesmo com as mudanças citadas, **continuaremos com o objetivo oferecer a melhor experiência aos nossos clientes**. Continuamos evoluindo nossa plataforma *omnichannel*, uma das mais sofisticadas do mercado, sempre buscando as melhores avaliações de clientes:

- **Continuaremos ofertando as categorias de produtos de Tecnologia, que incluem itens como Telefonia e Informática, por meio de nosso marketplace próprio**, que atualmente já opera integrado ao nosso *e-commerce*. Nosso *marketplace* próprio, onde as **lojas parceiras vendem e tem oportunidade de expor seus produtos para os visitantes de nosso site**, opera por meio de metodologia ágil, e faz parte da estratégia da Saraiva para proporcionar uma experiência completa aos nossos clientes com uma maior variedade e diversidade de produtos e serviços, que conversam e complementam o nosso DNA. O canal trará ainda mais benefícios à Companhia e aos seus clientes, contribuindo para o aumento de receitas operacionais e para a melhora do capital de giro da Saraiva.
- Em complemento, continuamos **expandindo as parcerias no âmbito do marketplace para venda de produtos em sites de parceiros estratégicos**, como Walmart, Mercado Livre e B2W, entre outros. Atualmente, 70% das compras de nossos produtos nesse canal foram feitas por consumidores que não eram nossos clientes.
- **Ações Online to Store por meio de iniciativas de curadoria** implementadas em todas as lojas e feiras, com curadorias próprias em cada uma das unidades, de acordo com a disponibilidade de estoque, e com substituição barata e rápida, e implementadas, também, em nosso *e-commerce* onde, por exemplo, temos curadoria de influenciadores (*booktubers*, autores etc.) indicando 10 títulos escolhidos e explicando suas escolhas em vídeo.
- **Implementação de uma nova plataforma de e-commerce**, com sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado atualmente, que contribuirá para melhora na performance e aumento da taxa de conversão do site, além de possibilitar uma redução de 32% do orçamento anual de despesas.

Existe um desafio grande de mercado, mas **confiamos plenamente no crescimento e na recuperação do mercado de livros no Brasil**. Considerando que já vemos uma recuperação em outros setores relevantes do varejo nacional, além de recentes divulgações com melhora

de importantes indicadores econômicos, estamos diante de um cenário que favorece a perspectiva de retomada para nossos principais setores de atuação.

Fizemos os ajustes necessários para reverter o cenário negativo e garantir a perenidade da Companhia. Por meio de nossas principais iniciativas de **readequação do mix de produtos**, **redução de despesas**, **apoio de consultorias** especializadas e a **força da marca Saraiva** temos a convicção que iremos superar os desafios atuais.

**10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não se aplica, uma vez que não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

## ANEXO II

### INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Conforme Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia)

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

**MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR PARA ELEIÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019**

Nome	Jorge Eduardo Saraiva	Jorge Saraiva Neto	Olga Maria Barbosa Saraiva	Julio Sergio de Souza Cardozo	
Data de Nascimento	16/01/1940	07/01/1984	05/10/1951	-	
Profissão	Empresário	Empresário	Advogada	Contador e Administrador	
CPF	516.543.778-72	330.515.258-39	531.003.108-10		
Cargo Eletivo Ocupado	Presidente do Conselho de Administração	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Conselheira	Conselheiro	
Data da Eleição	29/04/2016	29/04/2016	29/04/2016	29/04/2016	
Data da Posse	29/04/2016	29/04/2016	29/04/2016	29/04/2016	
Prazo do Mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	
Outros Cargos	Não há	Diretor Presidente	Não há	Não há	
Eleito pelo controlador?	Sim	Sim	Sim	Sim	
Membro Independente <sup>1</sup>	Não	Não	Não	Sim	

<sup>1</sup> Critério para determinação de independência conforme definição constante do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3.

<p><b>Jorge Eduardo Saraiva</b></p>	<p>Desde outubro/1978 é Presidente do Conselho de Administração de Saraiva S.A. Livreiros Editores. Não ocupou outros cargos em companhias abertas. Também é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Financeiro da Saraiva e Siciliano S.A. Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou ainda qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p><b>Jorge Saraiva Neto</b></p>	<p>Desde abril/2006 é Membro do Conselho de Administração de Saraiva S.A. Livreiros Editores. Também é membro do Conselho de Administração da Saraiva e Siciliano S.A. Desde 2013 é Diretor Presidente da Saraiva S.A. Livreiros Editores e da Saraiva e Siciliano S.A. Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou ainda qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p><b>Olga Maria Barbosa Saraiva</b></p>	<p>É Graduada em Direito pela PUC/SP, com Especialização em Direito do Trabalho, Mestranda em Filosofia do Direito e Especialização em Relações do Trabalho pela Université Montesquieu Bordeaux IV em 2008. Trabalhou no escritório de advocacia de Paulo Sérgio João e teve seu próprio escritório de advocacia trabalhista. Foi professora assistente do Professor Paulo Sérgio João (Direito do Trabalho) na PUC/SP e Professora de História do Direito Brasileiro na Universidade de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou ainda qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p><b>Julio Sergio de Souza Cardozo</b></p>	<p>É Bacharel em Ciências Contábeis e em Ciências Administrativas pela Universidade Mackenzie Rio de Janeiro. Professor do MBA em Finanças da Fundação Getúlio Vargas. Fundador e CEO da Julio Sergio Cardozo &amp; Associado Consultoria em Negócios. Foi Presidente da Ernst &amp; Young para a América do Sul. É membro do Conselho de Administração da Avista S.A., membro do Comitê de Auditoria Estatutário e suplente do Conselho de Administração da Fíbria Celulose S.A., membro do Conselho Fiscal da Usiminas S.A., Presidente do Conselho Fiscal do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio/2016 e Presidente do Conselho Fiscal da Saraiva S.A. Livreiros Editores.</p>

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Jorge Eduardo Saraiva	Jorge Saraiva Neto	Olga Maria Barbosa Saraiva	Julio Sergio de Souza Cardozo	Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves	Sandro Fernandes
Total de Reuniões Realizadas	14					
Participação (%) em Reuniões	100%	100%	100%	100%	100%	100%

## CONSELHO FISCAL

Nome	João Verner Juenemann	Sérgio Ramires Salazano	Carlos Antonio V. Cammas	Fábio Naum Salim Mansur	Edmundo de Macedo Soares e Silva Filho
Total de Reuniões Realizadas	10				
Participação (%) em Reuniões	100%	100%	100%	100%	100%

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que não estatutários.

**12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**



Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que não estatutários.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a. administradores do emissor.**

**b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.**

**c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.**

**d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.**

Existe a seguinte relação de primeiro grau entre membros do Conselho de Administração da Editora e do Varejo: o Sr. Jorge Eduardo Saraiva é pai do Sr. Jorge Saraiva Neto.

Existe a seguinte relação de primeiro grau entre candidatos do Conselho de Administração da Editora: a Sra. Olga Maria Barbosa Saraiva é mãe do Sr. Jorge Saraiva Neto.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.**

**b. controlador direto ou indireto do emissor.**

O Sr. Jorge Eduardo Saraiva é acionista controlador da Companhia e Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial A Sra. Olga Maria Barbosa Saraiva é acionista controladora da Companhia e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial.

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.**

Não aplicável.

## **ANEXO III**

### **REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

(Conforme Item 13 do Formulário de Referência da Companhia)

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração.**

Atrair e reter talentos em cargos estratégicos da Companhia e alinhar interesses entre acionistas e Administradores.

**b. composição da remuneração, indicando:**

**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.**

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria (quando em conjunto serão denominados “Administradores”) é composta por (i) pro labore mensal; (ii) participação nos lucros paga anualmente, nos termos da Lei nº 6.404/76; e (iii) opção de compra de ações de emissão da Companhia. As remunerações fixas mensais e a participação nos lucros têm por objetivo remunerar o resultado de curto prazo dos Administradores e estão alinhadas com os padrões de mercado; já o plano de opção de compra de ações tem por objetivo incentivos de longo prazo aos Administradores.

**(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total.**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente, abaixo descritos foram de aproximadamente:

**REMUNERAÇÃO TOTAL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE (2019)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	5,33	2,00	5,00	13,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	5,33	2,00	5,00	13,00
<b>Remuneração fixa anual</b>	100%	100%	100%	100%
<b>Salário ou pró-labore</b>	80%	83%	83%	81%
<b>Benefícios direto e indireto</b>	4%	0%	0%	3%
<b>Participações em comitês</b>				
<b>Outros</b>	16%	17%	17%	16%
<b>Descrição de outras remunerações fixas</b>				
<b>Remuneração variável</b>				
<b>Bônus</b>				
<b>Participação de resultados</b>				
<b>Participação em reuniões</b>				
<b>Comissões</b>				
<b>Outros</b>				
<b>Descrição de outras remunerações variáveis</b>				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>				
<b>Observação</b>	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	
<b>Total da remuneração</b>	100%	100%	100%	100%

## REMUNERAÇÃO TOTAL DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	1,67	5,00	12,67
Nº de membros remunerados	6,00	1,67	5,00	12,67
Remuneração fixa anual	100%	100%	100%	100%
Salário ou pró-labore	80%	83%	83%	81%
Benefícios direto e indireto	4%	0%	0%	3%
Participações em comitês				
Outros	16%	17%	17%	16%
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				
Cessaçao do cargo				
Baseada em ações				
Observação	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	
Total da remuneração	100%	100%	100%	100%

## REMUNERAÇÃO TOTAL DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6,33	2,67	5,00	14,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	6,33	2,67	5,00	14,00
<b>Remuneração fixa anual</b>	100%	100%	100%	100%
<b>Salário ou pró-labore</b>	81%	83%	83%	82%
<b>Benefícios direto e indireto</b>	2%	0%	0%	2%
<b>Participações em comitês</b>				
<b>Outros</b>	16%	17%	17%	16%
<b>Descrição de outras remunerações fixas</b>				
<b>Remuneração variável</b>				
<b>Bônus</b>				
<b>Participação de resultados</b>				
<b>Participação em reuniões</b>				
<b>Comissões</b>				
<b>Outros</b>				
<b>Descrição de outras remunerações variáveis</b>				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>				
<b>Observação</b>	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	
<b>Total da remuneração</b>	100%	100%	100%	100%

## REMUNERAÇÃO TOTAL DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	3,33	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	6,67	3,33	5,00	15,00
Remuneração fixa anual	100%	82%	100%	96%
Salário ou pró-labore	97%	79%	100%	93%
Benefícios direto e indireto	3%	3%		2%
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações		18%		4%
Observação				
Total da remuneração	100%	100%	100%	100%

### (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O cálculo do pro labore mensal dos Administradores segue referências de mercado e seu reajuste está atrelado à inflação (IPCA). O cálculo da participação nos lucros segue o disposto no artigo 152, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, e no artigo 12, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia.

### (iv) razões que justificam a composição da remuneração.

O pro labore mensal tem caráter alimentar e está em linha com o que é praticado pelo mercado para funções semelhantes; a remuneração variável (participação anual nos lucros) tem por objetivo a motivação dos Administradores para a busca de bons resultados no curto prazo e para a geração de valor aos acionistas da Companhia.

O plano de opção de compra de ações tem como objetivo incentivar a geração de resultados no médio e longo prazos, visando à geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas.

**(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não aplicável, uma vez que não existem membros da Administração que não sejam remunerados.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.**

No pro labore mensal são utilizadas as faixas de remuneração usualmente praticadas no mercado e a participação anual nos lucros tem por referência o resultado da Companhia no respectivo exercício social.

O Plano de Opção de Compra de Ações está relacionado à cotação das ações da Companhia, ou seja, seu valor no mercado.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.**

A participação anual nos lucros possui um período base de apuração e respeita o ciclo operacional da Companhia e somente é aprovada e efetivamente paga caso as metas, estabelecidas anualmente sejam apuradas conforme painel de metas divulgado e comunicado para todos os colaboradores.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.**

Os interesses de curto e médio prazos da Companhia se alinham aos interesses dos Administradores por meio do pagamento da participação anual nos lucros, que leva em conta o ciclo operacional trienal da Companhia. O interesse de longo prazo da Companhia se alinha aos interesses dos Administradores por meio da concessão de opções de compra de ações de emissão da Companhia, conforme previsto no Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 30/04/1998 e em seus respectivos Programas.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

A totalidade dos Diretores e três membros do Conselho da Companhia que tem funções corporativas também recebem remuneração por meio de sua controlada, Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial São eles:

- (a) Diretores: Diretor Presidente e de Relação com Investidores, Jorge Saraiva Neto; e Diretor Vice-Presidente, Jorge Eduardo Saraiva; e
- (b) Membros do Conselho de Administração: Presidente do Conselho de Administração, Jorge Eduardo Saraiva; Vice-Presidente do Conselho de Administração, Olga Maria Barbosa Saraiva; e Membro do Conselho de Administração, Jorge Saraiva Neto.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.



13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**REMUNERAÇÃO TOTAL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO CORRENTE (2019) (R\$)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	5,33	2,00	5,00	13,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	5,33	2,00	5,00	13,00
<b>Remuneração fixa anual</b>	2.000.000,00	200.000,00	665.280,00	2.865.280,00
<b>Salário ou pró-labore</b>	1.604.003,14	166.666,67	554.400,00	2.325.069,81
<b>Benefícios direto e indireto</b>	75.196,23	0,00	0,00	75.196,23
<b>Participações em comitês</b>				
<b>Outros</b>	320.800,63	33.333,33	110.880,00	465.013,96
<b>Descrição de outras remunerações fixas</b>				
<b>Remuneração variável</b>				
<b>Bônus</b>				
<b>Participação de resultados</b>				
<b>Participação em reuniões</b>				
<b>Comissões</b>				
<b>Outros</b>				
<b>Descrição de outras remunerações variáveis</b>				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>				
<b>Observação</b>	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	
<b>Total da remuneração</b>	2.000.000,00	200.000,00	665.280,00	2.865.280,00

**REMUNERAÇÃO TOTAL DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018 (R\$)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	6,00	1,67	5,00	12,67
<b>Nº de membros remunerados</b>	6,00	1,67	5,00	12,67
<b>Remuneração fixa anual</b>	1.698.597,38	25.200,00	624.000,00	2.347.797,38
<b>Salário ou pró-labore</b>	1.361.128,00	21.000,00	520.000,00	1.902.128,00
<b>Benefícios direto e indireto</b>	60.128,28	0,00	0,00	60.128,28
<b>Participações em comitês</b>				
<b>Outros</b>	277.341,10	4.200,00	104.000,00	385.541,10
<b>Descrição de outras remunerações fixas</b>				
<b>Remuneração variável</b>				
<b>Bônus</b>				
<b>Participação de resultados</b>				
<b>Participação em reuniões</b>				
<b>Comissões</b>				
<b>Outros</b>				
<b>Descrição de outras remunerações variáveis</b>				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>				
<b>Observação</b>	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	
<b>Total da remuneração</b>	1.698.597,38	25.200,00	624.000,00	2.347.797,38

**REMUNERAÇÃO TOTAL DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017 (R\$)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	6,33	2,67	5,00	14,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	6,33	2,67	5,00	14,00
<b>Remuneração fixa anual</b>	2.185.690,30	28.800,00	576.000,00	2.790.490,30
<b>Salário ou pró-labore</b>	1.777.382,38	24.000,00	480.000,00	2.281.382,38
<b>Benefícios direto e indireto</b>	52.831,44	0,00	0,00	52.831,44
<b>Participações em comitês</b>				
<b>Outros</b>	355.476,48	4.800,00	96.000,00	456.276,48
<b>Descrição de outras remunerações fixas</b>				
<b>Remuneração variável</b>				
<b>Bônus</b>				
<b>Participação de resultados</b>				
<b>Participação em reuniões</b>				
<b>Comissões</b>				
<b>Outros</b>				
<b>Descrição de outras remunerações variáveis</b>				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>				
<b>Observação</b>	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual	
<b>Total da remuneração</b>	2.185.690,30	28.800,00	576.000,00	2.790.490,30

**REMUNERAÇÃO TOTAL DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016 (R\$)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	6,67	3,33	5,00	15,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	6,67	3,33	5,00	15,00
<b>Remuneração fixa anual</b>	2.327.465,56	724.073,57	480.000,00	3.531.539,12
<b>Salário ou pró-labore</b>	2.265.061,00	698.306,05	480.000,00	3.443.367,05
<b>Benefícios direto e indireto</b>	62.404,56	25.767,52	0,00	88.172,07
<b>Participações em comitês</b>				
<b>Outros</b>				
<b>Descrição de outras remunerações fixas</b>				
<b>Remuneração variável</b>				
<b>Bônus</b>				
<b>Participação de resultados</b>				
<b>Participação em reuniões</b>				
<b>Comissões</b>				
<b>Outros</b>				
<b>Descrição de outras remunerações variáveis</b>				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>		159.505,84		159.505,84
<b>Observação</b>	Número de membros corresponde à média anual	Número de membros corresponde à média anual		
<b>Total da remuneração</b>	2.327.465,56	883.579,41	480.000,00	3.691.044,96

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.**

A Companhia adota metas corporativas baseadas em alguns indicadores, entre os quais: (i) geração de valor econômico por meio da métrica CVA – Cash Value Added; (ii) lucro bruto; (iii) EBITDA; e (iv) Lucro Líquido e (v) Dívida Líquida. Além dessas metas corporativas, há também metas individuais específicas para cada Diretor, as quais normalmente estão diretamente relacionadas às respectivas áreas de atuação.

**REMUNERAÇÃO VARIÁVEL TOTAL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO CORRENTE (2019)  
(R\$)**

<b>Orgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**REMUNERAÇÃO VARIÁVEL TOTAL DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018 (R\$)**

<b>Orgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
<b>Valor efetivamente pago</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**REMUNERAÇÃO VARIÁVEL TOTAL DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017 (R\$)**

<b>Orgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
<b>Valor efetivamente pago</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**REMUNERAÇÃO VARIÁVEL TOTAL DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016 (R\$)**

<b>Orgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	<b>0,00</b>	<b>3,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1.941.565,39		1.941.565,39
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		1.617.971,16		1.617.971,16
<b>Valor efetivamente pago</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

**a. termos e condições gerais.**

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano") foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 30/04/1998. O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, que tem competência para fixar os respectivos termos de cada programa específico.

Em reunião realizada no dia 16/07/2014, o Comitê de Administração do Plano criou o 7º Programa, outorgando opções de compra de 882.000 ações preferenciais escriturais a 33 administradores e funcionários, para exercício entre 2015 e 2019, sendo que, conforme o caso, poderá haver carência para livre negociação até 2021, não sendo permitida a negociação das opções exercidas para quitação imediata do preço de exercício. O preço fixado para cada ação foi de R\$ 21,00 (vinte e um reais), a ser corrigido pela variação do IPCA desde julho de 2014

até o último dia do mês anterior ao de exercício, abatidos os valores das distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio que venham a ser eventualmente deliberadas entre a data de outorga das opções e seu efetivo exercício. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Companhia, conforme decisão a ser tomada oportunamente pelo Conselho de Administração.

**b. principais objetivos do plano.**

Alinhar interesses de longo prazo entre a Companhia e seus Administradores.

**c. forma como o plano contribui para esses objetivos.**

Na medida em que os Administradores são também acionistas da Companhia, suas decisões estratégicas e operacionais passam a estar alinhadas à geração de valor, que pode se realizar por meio de ganho de capital (valorização da ação) e/ou pagamento de dividendos.

**d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor.**

O Plano constitui um incentivo de longo prazo aos Administradores, enquanto o pro labore e a remuneração anual variável se inserem na política de remuneração de curto e médio prazos da Companhia.

**e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo.**

Na medida em que os Administradores são também acionistas da Companhia, suas decisões estratégicas e operacionais passam a estar alinhadas à geração de valor, que podem se realizar por meio de ganho de capital (valorização da ação) e/ou pagamento de dividendos.

**f. número máximo de ações abrangidas.**

Até 5% (cinco por cento) das ações preferenciais existentes na data de aprovação de cada Programa. O 3º Programa estabeleceu opções de compra de até 123.800 ações preferenciais, o 4º Programa estabeleceu opções de compra de até 124.600 ações preferenciais, o 5º Programa estabeleceu opções de compra de até 125.000 ações preferenciais, o 6º Programa também estabeleceu opções de compra de até 125.000 ações preferenciais e o 7º Programa estabeleceu opções de compra de até 882.000 ações preferenciais.

**g. número máximo de opções a serem outorgadas.**



As opções de aquisição de ações a serem oferecidas, nos termos do Plano, representarão, em cada ano, o máximo de 5% das ações preferenciais existentes na data de aprovação de cada Programa.

#### **h. condições de aquisição de ações.**

O beneficiário do Plano deve (i) enviar à Companhia o termo de exercício de opção devidamente assinado, no qual deve constar a quantidade, espécie e classe das ações adquiridas, o preço de exercício da opção para aquela quantidade de ações e as condições de pagamento; e (ii) firmar o Contrato de Aquisição Mediante Exercício de Opção de Compra de Ações.

#### **i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício.**

O preço será fixado a partir da cotação média ponderada das operações com ações da Companhia praticadas na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores à outorga da opção, sendo que o valor líquido resultante desse cálculo poderá, a critério do Comitê de Administração do Plano, ser aumentado ou diminuído em até 35% (trinta e cinco por cento).

#### **j. critérios para fixação do prazo de exercício.**

Serão fixados a cada Programa pelo Comitê de Administração do Plano.

#### **k. forma de liquidação.**

As condições específicas de pagamento das ações são definidas a cada Programa. Os quatro Programas atualmente em vigor dão a opção aos respectivos beneficiários para pagar o valor das ações (i) à vista, com recursos próprios dos beneficiários; ou (ii) em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3, contado a partir da data de exercício da opção, com recursos oriundos da venda de até 50% (cinquenta por cento) das ações cujas opções então se exercerem, sendo que essa venda de ações deve ocorrer imediatamente após o exercício das opções. A única exceção é o 7º Programa, que não prevê a modalidade de pagamento descrita logo acima no item (ii) deste parágrafo.

#### **l. restrições à transferência das ações.**

Serão fixados a cada Programa pelo Comitê de Administração do Plano. As restrições à transferência são fixadas a cada Programa pelo Comitê de Administração do Plano. Os cinco Programas que atualmente se encontram em vigor (3º, 4º, 5º, 6º e 7º Programas) possuem prazos de restrição à transferência de dois anos contados do término dos respectivos períodos de exercício das opções.

**m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.**

O Plano pode ser alterado ou extinto por deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

**n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

Se qualquer titular de opção vier a ser desligado da Companhia em virtude de rescisão de contrato de trabalho ou aposentadoria, destituição, substituição ou não reeleição para o cargo administrativo, a opção outorgada extinguir-se-á na data do respectivo desligamento. Se a opção já tiver sido exercida pelo Administrador, as ações permanecerão sujeitas às eventuais restrições contidas no respectivo Programa.

**13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.**

PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO CORRENTE	7º Plano (1ºtranche)	7º Plano (2ºtranche)	7º Plano (3ºtranche)	7º Plano (4ºtranche)	7º Plano (5ºtranche)
Órgão	Diretoria estatutária				
Numero total de membros	2	2	2	2	2
Numero de membros remunerados	1	1	1	1	1
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações					
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
Quantidade de ações outorgadas	42.400	42.400	42.400	42.400	42.400
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	11/05/2015	09/05/2016	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	11/09/2015	09/09/2016	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	31/05/2017	31/05/2018	31/05/2019	31/05/2020	31/05/2021
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções - R\$:					
Em aberto no início do exercício social	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga - R\$	1,41	2,58	3,64	4,64	5,57
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-	-	-

<b>2018</b>	<b>7º Plano (1ºtranche)</b>	<b>7º Plano (2ºtranche)</b>	<b>7º Plano (3ºtranche)</b>	<b>7º Plano (4ºtranche)</b>	<b>7º Plano (5ºtranche)</b>
Órgão	Diretoria estatutária				
Numero total de membros	4	4	4	4	4
Numero de membros remunerados	4	4	4	4	4
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações					
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
Quantidade de ações outorgadas	42.400	42.400	42.400	42.400	42.400
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	11/05/2015	09/05/2016	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	11/09/2015	09/09/2016	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	31/05/2017	31/05/2018	31/05/2019	31/05/2020	31/05/2021
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções - R\$:					
Em aberto no início do exercício social	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga - R\$	1,41	2,58	3,64	4,64	5,57
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-	-	-
<b>2017</b>	<b>7º Plano (1ºtranche)</b>	<b>7º Plano (2ºtranche)</b>	<b>7º Plano (3ºtranche)</b>	<b>7º Plano (4ºtranche)</b>	<b>7º Plano (5ºtranche)</b>
Órgão	Diretoria estatutária				
Numero total de membros	4	4	4	4	4
Numero de membros remunerados	4	4	4	4	4
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações					
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
Quantidade de ações outorgadas	42.400	42.400	42.400	42.400	42.400
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	11/05/2015	09/05/2016	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	11/09/2015	09/09/2016	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	31/05/2017	31/05/2018	31/05/2019	31/05/2020	31/05/2021
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções - R\$:					
Em aberto no início do exercício social	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga - R\$	1,41	2,58	3,64	4,64	5,57
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-	-	-
<b>2016</b>	<b>7º Plano (1ºtranche)</b>	<b>7º Plano (2ºtranche)</b>	<b>7º Plano (3ºtranche)</b>	<b>7º Plano (4ºtranche)</b>	<b>7º Plano (5ºtranche)</b>
a Órgão	Diretoria estatutária				
b Numero total de membros	4	4	4	4	4
c Numero de membros remunerados	4	4	4	4	4
d Em relação a cada outorga de opções de compra de ações					
i Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
ii Quantidade de ações outorgadas	42.400	42.400	42.400	42.400	42.400
iii Prazo para que as ações se tornem exercíveis	11/05/2015	09/05/2016	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
iv Prazo máximo para o exercício das opções	11/09/2015	09/09/2016	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
v Prazo de restrição à transferência das ações	31/05/2017	31/05/2018	31/05/2019	31/05/2020	31/05/2021
vi Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções - R\$:					
Em aberto no início do exercício social	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-
e Valor justo das opções na data da outorga - R\$	1,41	2,58	3,64	4,64	5,57
f Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-	-	-

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

2018	7º Plano (1ºtranche)	7º Plano (2ºtranche)	7º Plano (3ºtranche)	7º Plano (4ºtranche)	7º Plano (5ºtranche)
Órgão	Diretoria estatutária				
Número de membros	4	4	4	4	4
Número de membros remunerados	4	4	4	4	4
Em relação às opções ainda não exercíveis:					
Quantidade	42.400	42.400	42.400	42.400	42.400
Data em que se tornarão exercíveis	11/05/2015	09/05/2016	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	11/09/2015	09/09/2016	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	31/05/2017	31/05/2018	31/05/2019	31/05/2020	31/05/2021
Preço médio ponderado de exercício	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	1,41	2,58	3,64	4,64	5,57
Em relação às opções exercíveis:					
Quantidade					
Prazo máximo para o exercício das opções					
Prazo de restrição à transferência das ações					
Preço médio ponderado de exercício					
Valor justo das opções no último dia do exercício social					
Valor justo total das opções no último dia do exercício social					

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.**

2018	7º Plano (1ºtranche)	7º Plano (2ºtranche)	7º Plano (3ºtranche)	7º Plano (4ºtranche)	7º Plano (5ºtranche)
Órgão	Diretoria estatutária				
Numero de membros	4	4	4	4	4
Número de membros remunerados	4	4	4	4	4
Em relação às opções exercidas:					
Nº de ações					
Preço médio ponderado de exercício					
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas					
Em relação às opções entregues:					
Nº de ações					
Preço médio ponderado de aquisição					
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações adquiridas					

Não houve exercício de opções para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018.

**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

**a. modelo de precificação.**

O modelo utilizado na determinação do valor justo da opção é do tipo opção bermuda, que é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mais conhecido como modelo de árvores binomiais. O modelo permite que os nós das arvores sejam parametrizados de forma a permitir ou não o exercício antecipado, fator imprescindível uma vez que as opções concedidas têm exercício restrito, conforme os períodos definidos para cada tranche do 7º Programa.

**b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.**

Na data da outorga o preço de exercício das opções foi fixado em R\$ 21,00, Esse valor deve ser corrigido pela variação do IPCA a partir da data da celebração do contrato até o mês anterior da data de exercício bem como deverá ser deduzido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos entre as referidas datas. Como estimativa da evolução do IPCA, foi utilizada a meta de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional que é de 4,5% ao ano.

**c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.**

Utilizou-se a taxa dos contratos futuros de juros negociados na B3 em 16 de julho de 2014 e com vencimento mais próximo da data de vencimento das opções, a saber:

<b>Tranche</b>	<b>Data de vencimento da opção</b>	<b>Taxa de juros na curva</b>
1	11/9/2015	10,92%
2	9/9/2016	11,31%
3	6/9/2017	11,50%
4	6/9/2018	11,68%
5	13/9/2019	11,74%

**d. forma de determinação da volatilidade esperada.**

A volatilidade é calculada empregando o desvio-padrão dos retornos logarítmicos diários dentro do intervalo 17/7/2013 a 16/7/2014. Para ajustar a volatilidade enfatizando os eventos mais recentes, empregou-se EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*) empregando  $\lambda = 0,94$ . A volatilidade encontrada foi de 1,36% ao dia útil.

**e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

Não aplicável, uma vez que não houve outra característica incorporada na mensuração do valor justo da opção.

**13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>AÇÕES ORDINÁRIAS</b>	<b>AÇÕES PREFERENCIAIS</b>
<b>Conselho de Administração</b>	6.273.044 da Editora e 36.666 do Varejo	1.761.326
<b>Diretoria</b>	0,00	800
<b>Conselho Fiscal</b>	0,00	9.300

**13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela.**

Não aplicável, pois não há planos de previdência conferidos aos Administradores.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a. órgão.

b. número de membros.

c. valor da maior remuneração individual.

d. valor da menor remuneração individual.

e. valor médio de remuneração individual.

**VALORES RELATIVOS AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>Nº DE MEMBROS REMUNERADOS</b>	<b>MAIOR REMUNERAÇÃO</b>	<b>MENOR REMUNERAÇÃO</b>	<b>MÉDIA ANUAL</b>
<b>Conselho de Administração</b>	6,00	421.222,68	14.400,00	282.499,56
<b>Diretoria</b>	1,92	14.400,00	14.400,00	15.026,09
<b>Conselho Fiscal</b>	5,00	124.800,00	124.800,00	124.800,00
<b>Observações</b>		Valores apurados com exclusão de membros que exerceram o cargo por menos que 12 meses	Valores apurados com exclusão de membros que exerceram o cargo por menos que 12 meses	

**VALORES RELATIVOS AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>Nº DE MEMBROS REMUNERADOS</b>	<b>MAIOR REMUNERAÇÃO</b>	<b>MENOR REMUNERAÇÃO</b>	<b>MÉDIA ANUAL</b>
<b>Conselho de Administração</b>	5,33	457.405,43	14.400,00	409.816,93
<b>Diretoria</b>	2,17	14.400,00	14.400,00	13.292,31
<b>Conselho Fiscal</b>	5,00	115.200,00	115.200,00	115.200,00
<b>Observações</b>		Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria exerceram seus cargos por 12 meses.	Valores apurados com exclusão de membros que exerceram o cargo por menos que 12 meses	

**VALORES RELATIVOS AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>Nº DE MEMBROS REMUNERADOS</b>	<b>MAIOR REMUNERAÇÃO</b>	<b>MENOR REMUNERAÇÃO</b>	<b>MÉDIA ANUAL</b>
<b>Conselho de Administração</b>	6,67	502.426,40	178.964,00	349.119,83
<b>Diretoria</b>	3,33	218.288,92	139.210,12	265.073,82
<b>Conselho Fiscal</b>	5,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00
<b>Observações</b>		Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal exerceram suas atividades por 12 meses, enquanto o da Diretoria exerceu seu cargo por 4 meses.	Valores apurados com exclusão de membros que exerceram o cargo por menos que 12 meses	

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:**

No momento, não há mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.



**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

	2016	2017	2018
Diretoria	22,2%	50,0%	50,0%
Conselho de Administração	37,9%	0,7%	0,9%
Conselho Fiscal	0,0%	0,0%	0,0%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Não há remuneração de Administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

#### **EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	172.677,02	5.042.087,08	0,00	5.214.764,10
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

## EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	85.465,14	5.127.535,23	0,00	5.213.000,37
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

## EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	280.452,00	3.920.279,80	0,00	4.200.731,80
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

### 13.16. Fornecer outras informações relevantes

Os valores na linha "Outros" referem-se a encargos sociais, conforme consta no item 13.2 acima.